

ATUAÇÃO DA GESTÃO DEMOCRÁTICA NO ENFRENTAMENTO DO RACISMO ESTRUTURAL EM ESCOLAS PÚBLICAS DE PERNAMBUCO

Marcela Eduarda da Silva¹
Yngrid Larissa Sales Fernandes²

RESUMO

Até os dias atuais, conseguimos facilmente nos deparar com o racismo em diversas áreas e ambientes da nossa vida, dentro da escola não é diferente. Parece até difícil de acreditar que num país miscigenado a prática do racismo seja tão presente, mas é, e a escola, atuando com uma gestão democrática, tem papel fundamental neste combate. Assim, este artigo tem como objetivo analisar e discutir sobre a gestão democrática e identificar de que forma essa gestão se torna uma forte combatente contra o racismo estrutural enraizado na nossa sociedade e tão presente nas escolas. Para alcançar esse objetivo, fez-se necessária uma pesquisa bibliográfica a fim de compreender ainda mais sobre o racismo e a gestão democrática, aliada à coleta de dados através da realização de entrevistas semiestruturadas com gestoras de escolas públicas municipais da Região Metropolitana de Recife. Dessa forma, se tornou possível identificar a gestão democrática como grande atuante e combatente contra o racismo estrutural nas escolas públicas, pois uma gestão escolar que conta com a participação de todos e que baseia suas ações e decisões no diálogo e no ouvir de todos, em conjunto com ações de intervenção, conscientização e reflexão acerca do tema, possui poder no enfrentamento.

Palavras-chave: Gestão democrática, Racismo, Racismo estrutural, Escolas públicas.

INTRODUÇÃO

Desde a colonização do Brasil, as pessoas negras sofrem de violência física e psicológica, sendo excluídas e rebaixadas pela branquitude colonizadora, devido a esse processo colonizador, o racismo se enraizou no Brasil, refletindo até os dias de hoje. Não difere nas escolas, desde a educação infantil há casos de preconceito racial, seja na atuação dos professores, na relação entre os colegas ou no silenciamento da gestão escolar sobre os casos denunciados. A temática se faz necessária para se pensar em quais articulações vêm sendo realizadas para o combate a esse crime nos sistemas de ensino pernambucano.

Quando falamos sobre a gestão democrática e o racismo nas escolas, é necessário observar que tipo de política é exercida pela parte administrativa da instituição no

¹Graduanda do Curso de Pedagogia da Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, marcela.eduarda@ufpe.br;

²Graduanda do Curso de Pedagogia da Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, yngrid.sales@ufpe.br;

enfrentamento do mesmo, pois para atuar corretamente, a escola deve reconhecer a importância da participação de todos envolvidos na tomada de decisões. A partir dessas ações e relações, a escola e sua gestão estão caminhando cada vez mais para o enfrentamento do racismo e de outros tipos de preconceito, temática que buscaremos discutir ao decorrer deste artigo.

O interesse pela pesquisa surgiu a partir da reflexão sobre a atuação da gestão escolar democrática envolvendo o tema racismo, e neste artigo trataremos dessa problemática, a partir da realização de entrevistas com gestoras de escolas públicas do estado de Pernambuco para podermos compreender a sua importância, tendo como objetivo principal identificar e contextualizar as implicações da gestão democrática no enfrentamento do racismo estrutural em escolas públicas.

Para a realização deste estudo optou-se por uma pesquisa de natureza básica com caráter exploratório, visto que explorará um tema ainda pouco pesquisado. Segundo Appolinário (2011, p. 146), a pesquisa básica tem como principal objetivo avanço com relação aos conhecimentos científicos, sem nenhuma preocupação com a aplicabilidade imediata dos resultados. Quanto aos procedimentos, podemos classificar a pesquisa em um estudo de caso, pois, visa compreender como é o mundo do ponto de vista dos participantes, ou uma perspectiva pragmática, que visa simplesmente apresentar uma perspectiva global, tanto quanto possível, completa e coerente, do objeto de estudo do ponto de vista do investigador (FONSECA, 2002).

Para alcançarmos os objetivos deste trabalho, mobilizamos cinco entrevistas virtuais com cinco gestoras (G1, G2, G3, G4 E G5) de cinco escolas públicas diferentes do estado de Pernambuco, através da plataforma Google Meet. Dessa forma, a partir dos dados coletados nas entrevistas, foi possível analisar e discutir sobre a gestão democrática e sua atuação no referido combate.

REFERENCIAL TEÓRICO

RACISMO ESTRUTURAL NO CONTEXTO ESCOLAR

Inicialmente, para compreender o racismo estrutural presente na sociedade brasileira, é necessário retornar as raízes de exploração e inviabilização dos povos negros durante o período colonial. Segundo Balieiro; Bortoloti (2014), a colonização e expansão territorial do país culminou em uma grande demanda de mão de obra escravizada, vinda do continente africano através do tráfico transatlântico. Essa retirada forçada de suas origens culturais e liberdade individual, submeteu aos escravizados uma sobrevivência cruel e desigual em relação aos colonos que lucravam com a mão de obra e o apagamento dos moldes sociais africanos, incluindo sua religião fortemente reprimida em um país de maioria cristã até os dias atuais.



As desigualdades socioeconômicas acometidas a população negra são decorrentes do racismo estrutural e desse processo civilizatório realizado pela supremacia branca, que continua desvalorizando identidade, cultura e história do povo preto, impactando também no processo de socialização de crianças e jovens. Mesmo após a abolição da escravidão, realizada por interesses econômicos, seus reflexos repercutem na sociedade brasileira até hoje por meio do racismo estrutural, intrínseco em diversos setores da sociedade, incluindo nos espaços educativos de ensino formal, responsáveis pela reprodução da repressão, bullying, inferiorização e um contínuo desconhecimento das origens brasileiras. Segundo Silvio Almeida (2019):

[...] o racismo é sempre estrutural, ou seja, de que ele é um elemento que integra a organização econômica e política da sociedade. Em suma, o que queremos explicitar é que o racismo é a manifestação normal de uma sociedade, e não um fenômeno patológico ou que expressa algum tipo de anormalidade. (ALMEIDA, 2019, p. 15)

A construção crítica do racismo como uma problemática social por parte de toda a sociedade é dependente de um processo socioeducativo constante, voltado ao resgate e valorização identitária da população negra envolvendo aspectos sociais, históricos e culturais, como garantido na Lei 10.639/03 presente nos currículos educacionais. O ensino da história e cultura afro-brasileira e africana no Brasil, apesar de ser uma conquista importante para o movimento negro, já que os livros didáticos apresentam apenas uma perspectiva colonial focado apenas na escravidão, prossegue sendo uma legislação pouco discutida e trabalhada pela comunidade escolar, ocasionando na neutralização do racismo e manutenção da hegemonia dos grupos no poder.

Para que isso não ocorra, a gestão escolar deverá fundamentar suas estratégias pedagógicas em princípios multiculturais e de justiça escolar que irão complementar os princípios de autonomia, participação, cultura e democracia presentes em uma gestão democrática. Entretanto, a realidade educacional brasileira se difere do ideal democrático, o mito da democracia racial é utilizado para atender às demandas do privilégio branco e a manutenção do racismo estrutural através da defesa de um ideal meritocrático e uma educação para excelência, mantendo amplas barreiras impostas para que negros e negras possam se manter em instituições de ensino, excludentes e segregadoras. Por este motivo se torna tão necessária a formulação de políticas de ações afirmativas amplas e que discutam, sobretudo, as condições sociais de vida e trabalho da população negra.



A GESTÃO DEMOCRÁTICA E SUAS AÇÕES NO COMBATE AO RACISMO ESTRUTURAL

Segundo Souza (2009), quando pensamos em democracia, é imprescindível pensar nas possibilidades reais de sua realização, pois se não ocorrer na prática, não passará de uma democracia estética, onde as escolhas são feitas baseando-se apenas em si. A democracia deve estar centrada em escolhas coletivas, através do diálogo e participação dos envolvidos, em que “todos podem decidir sobre tudo” (BOBBIO apud SOUZA, 2009, pág. 130). Apesar de sabermos que nem sempre ocorre dessa forma, inclusive nas instituições de ensino público, cabe à gestão procurar meios para atuar num caminho mais democrático.

O princípio de gestão, posto na Constituição Federal de 1988 e na LDB/96, se baseia em um sistema democrático. Desse modo, essa gestão é pautada no diálogo e na participação de todos, definida em ações reais, influenciando no combate e enfrentamento de desigualdades, exclusão e preconceitos, incluindo o racismo estrutural, por ser um importante instrumento para a formação política dos estudantes (SOUZA, 2009). Essa formação política é fundamental para que as ações e projetos políticos pedagógicos das instituições sejam formulados visando suprir as necessidades e problemas da comunidade escolar, sem desrespeitar ou excluir as minorias.

As instituições escolares são espaços com uma diversa heterogeneidade de corpos, etnias e classes sociais. No entanto, mesmo com a diversidade de estudantes presentes nas escolas, os estigmas, preconceitos e discriminação fazem parte desse cotidiano, uma vez que toda a comunidade escolar reflete as características e atitudes da sociedade, em que o racismo estrutural se faz presente e implica na ausência do resgate e/ou valorização de nossas raízes africanas. Para que a educação seja um dos caminhos a combater essa tal prática ideológica enraizada na sociedade, o papel do gestor escolar é essencial desenvolvendo ações pedagógicas efetivas focadas no combate ao racismo e a qualquer tipo de preconceito.

Contudo, as ações não podem ser desenvolvidas apenas para resolver problemas pontuais, como por exemplo: um evento sobre a consciência negra ou algum projeto didático que culmine no mascaramento do problema e não na sua resolução, uma das maneiras efetivas de solucionar essas demandas e combater a essas violências é a construção de um projeto político pedagógico, por exemplo, e/ou de formação continuada para os profissionais da educação.

A formação continuada dos/as gestores/as são fundamentais na administração e elaboração de propostas metodológicas antirracistas, visando à garantia de equidade, para que todos os grupos raciais adquiram o mesmo nível de oportunidades, culminando assim um acesso



universal à escola. Um dos documentos orientadores no combate ao racismo é a aplicabilidade da Lei n. 10.639/2003, direcionado a gestores educacionais, “Contribuições para Implementação da Lei 10.639/2003”.

O que se objetiva é a construção de representações sociais positivas que encarem as diferentes origens culturais de nossa população como um valor e, ao mesmo tempo, a criação de um ambiente escolar que permita que nossa diversidade se manifeste de forma criativa e transformadora na superação dos preconceitos e discriminações étnico-raciais (Parecer n. 03/2004) (BRASIL, 2004, p 30).

Além da formação adequada dos gestores, a superação de práticas sociais discriminatórias depende também da participação dos responsáveis nas decisões escolares, pois em concordância com (COELHO, 2015), quando os valores familiares se distanciam do aprendizado escolar, mais dificuldade o estudante encontrará na construção de conhecimento e saberes. Sem a participação da comunidade escolar, responsáveis e estudantes debatendo sobre temas como racismo, LGBTfobia e questões de gênero, a escola continuará sem atuar como um dos meios para o enfrentamento. Nessa conjuntura, apesar de ser um processo demorado e contínuo, a identificação e reconhecimento de práticas preconceituosas, intencionais ou não, é um grande passo em busca do respeito à diversidade.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A CONCEPÇÃO DE GESTÃO

Com objetivo de analisar os contextos dos ambientes educacionais regidos por essas gestoras em diferentes cidades do estado de Pernambuco, é necessário compreendermos as concepções das mesmas sobre o que significa a gestão democrática e como ela é aplicada nas escolas. Todas as gestoras, com exceção da G3, seguiram a mesma linha de pensamento, afirmando que para uma gestão democrática acontecer, é necessário diálogo e participação entre todos os envolvidos na escola, desde a coordenação, até os pais e os próprios alunos. As gestoras afirmam também, sendo por conselhos escolares e reuniões, que se torna possível a participação de todos nas tomadas de decisões da escola e que isso é essencial.

A partir da análise desses dados, podemos afirmar que a concepção de gestão democrática de acordo com Bobbio, citado em (SOUZA, 2009) quando afirma que as escolhas, o diálogo e a participação devem estar no centro da democracia, é a mesma concepção das gestoras. Além disso, consoante o que elas relataram, essa gestão acontece na elaboração teórica de documentos, do PPP, ou de relatórios que visam solucionar problemas ou melhorar

certos pontos, mas, que primeiramente, é vivida na prática, diariamente nas salas de aula e na escola, concordando mais uma vez com (SOUZA, 2009), quando afirma que uma democracia que não é vivenciada na prática, é apenas estética.

Seguindo os princípios fundamentais de uma gestão democrática, caso a problemática enfrentada ultrapasse os limites da instituição, as gestoras afirmam que a participação e diálogo acontece também com a comunidade, essa inclusão de todos nas tomadas de decisões é um dos principais indicadores de qualidade educacional (SOUZA, 2009), proporcionando aos estudantes uma escuta e apoio na superação de seus problemas e dificuldades.

DESAFIOS PARA O ENFRENTAMENTO DO RACISMO ESTRUTURAL NO AMBIENTE ESCOLAR

Para o combate ao racismo estrutural no ambiente escolar, as gestoras estão tendo que se defrontar com diversos desafios, principalmente por se tratar de um preconceito que manifesta a necessidade de mudança em toda a estrutura social, política e econômica. O principal obstáculo descrito pelas gestoras durante as entrevistas foi a questão familiar. A família na vida da criança é um modelo de relacionamento para que, mais tarde, ela interaja com outras pessoas. No entanto, quando é reproduzido, nesse convívio social, práticas preconceituosas, os estudantes podem normalizar e exibir os mesmos comportamentos ao se relacionar com seus colegas de classe, professores e comunidade escolar em geral.

Neste caso, ao analisar a responsabilidade da educação familiar nos casos de preconceito presentes nas escolas, é preciso destacar que o racismo é parte da ordem social e um instrumento utilizado pelos grupos de poder. Portanto, apenas intervenções pontuais como palestras, cursos, entre outros se tornam insuficientes para a resolução de uma problemática, em que apenas a adoção de políticas públicas e uma postura ativa no enfrentamento, junto dessas famílias se tornará possível eliminar preconceitos e estereótipos de raça, gênero e sociais (ALMEIDA, 2019).

Outro ponto levantado durante a entrevista foi a questão cultural, segundo a G1, ao trabalhar a religiosidade afro-brasileira com os estudantes, constatou maiores empecilhos na aceitação e respeito devido grande parcela dos estudantes serem protestantes. Essa intolerância religiosa, principalmente a religião de matriz africana, é reflexo de uma construção nacional eurocêntrica, na qual durante todo período de escravização reprimiu as manifestações das práticas religiosas e ancestrais africanas, (BALIEIRO; BORTOLOTTI, 2014).

Esse apontamento reforça o papel das intuições escolares, responsáveis pela formação

cidadã do sujeito como determinante na construção de conhecimento e reflexão acerca das diversas manifestações culturais. Entretanto, por ser um problema presente em todas as instâncias sociais, a preparação do(a) gestor(a), por formações continuadas e reflexão a acerca da utilização e permanência da proposta elencada no documento orientador, contribuições para a implementação da lei 10.639/2002 é essencial no combate à discriminação e as demais formas de intolerância étnica, para que o profissional possa exercer de maneira mais assertiva sua função.

ARTICULAÇÕES DA GESTÃO DEMOCRÁTICA PARA O COMBATE AO RACISMO ESTRUTURAL

Os principais elementos que contribuem para a constituição e funcionamentos da gestão democrática nas instituições formais de ensino, é através a participação e o diálogo, condições necessárias para na realização de escolhas administrativas e pedagógicas, com a participação de todos da comunidade nas decisões, ação indispensável na prevenção de casos de injustiça social em um país onde a população vulnerável participa cada vez menos nas decisões sociais e políticas.

Diante do exposto anteriormente, as gestoras definem sua prática profissional enquanto democrática, condutas demonstradas nas estratégias pedagógicas desenvolvidas com os alunos, alicerçadas através de conversas, projetos de intervenção e debates, com exceção da G3. Contudo, é importante o planejamento das ações preventivas, pois, permitem aos estudantes refletir concepções discriminatórias, violentas e errôneas acerca de outros indivíduos, visto que uma educação política e social, com a formulação de um currículo crítico e que não reproduza desigualdades. Assim como afirma Souza (2008), é uma das possibilidades de superar essas disfunções que afetam a vida política e social das pessoas.

O racismo é algo que está arraigado no cotidiano, deixando em suas vítimas marcas profundas, dentre elas a insegurança, baixa autoestima e reprodução de violências, os efeitos dessas ações podem ocasionar na vítima o sentimento de pertença ao padrão hegemônico branco, ou seja, daqueles que os feriram (GOMES, 2005). Percebe-se, então, a importância da aplicação permanente dos projetos articulados, visando a auto identificação racial, valorização da beleza da cor de pele, cabelo, formato do nariz, lábios entre outras características, e também elevação da autoestima e resgate de sua cultura.

Ainda no que se refere às articulações pedagógicas, a G1 declara também realizar estratégias intervencionistas a serem desenvolvidas em conjunto com a comunidade, acolhendo as demandas sociais e promovendo a construção de conhecimento por meio da comunicação

dialógica, contribuindo significativamente não só para a formação das crianças e jovens, como também para a melhoria significativa de toda a comunidade. A entrevista em questão também demonstrou em sua fala conhecimento e aplicação da Lei 10.639/03, presente no currículo educacional, em sua instituição.

Ademais, a profissional fundamentou sua resposta na legislação que garante o ensino da história e cultura africana e afro brasileira, trazendo a arte cênica como um meio para abordar esses conteúdos de forma lúdica, dinâmica e uma linguagem adequada para as crianças e jovens. Visando autonomia, criticidade, inclusão e fortalecimento da autoestima, a educação por intermédio da arte, segundo (FERRAZ; FUSARI, 1993) potencializa o desenvolvimento de aspectos cognitivos, morais e despertar sua consciência individual, conforme o grupo social apresentado. Em contraponto, temos a perspectiva apresentada pela G3, em que percebemos não haver uma atuação preventiva para o enfrentamento do racismo, já que não é identificado esse problema em seu ambiente de trabalho.

Não foram apresentadas pela G3 possíveis articulações para o enfrentamento do racismo no extrato de fala dessa entrevista. Portanto, esse espaço educativo pode reproduzir preconceitos, estigmas sociais, desigualdades culturais e sociais econômicas, como também a sua insuficiente para a formação da subjetividade como pessoa. Sobretudo, por não desenvolver com os estudantes o respeito às diferenças raciais ou a forma que os preconceitos e injustiças refletem sobre o modo como o outro irá se sentir. Uma gestão democrática deve considerar as diversidades culturais, raciais, econômicas existentes no cotidiano escolar, pois caso o contrário, assim como afirma (ALMEIDA, 2019, p.45): “[...] a educação pode aprofundar o racismo na sociedade”.

Com base nas informações retiradas das transcrições das entrevistas, pode-se concluir que ainda temos um longo percurso para a educação ser um meio efetivo de transformação, individual ou coletiva. Não bastando apenas o enfrentamento de práticas já cometidas, mas sim articulações sistemáticas envolvendo as famílias, escolas e comunidades, por estarmos inseridos em que, mesmo tendo sua população miscigenada, ainda silencia, discrimina e mata o povo preto, devido a sua cor de pele.

O silenciamento do estado, gestores e docentes resulta na retirada de direitos, histórias e culturas de uma parte da população fundamental em nossa construção nacional, mas sem nenhum reconhecimento devido. “É necessário romper o silêncio a que foram relegados negros e índios na historiografia brasileira, para que possam construir uma imagem positiva de si mesmos”. (SANTOS, 2001, p. 107). A responsabilidade das instituições escolares é eliminar preconceitos, produzir saberes, conhecimentos e não reproduzir ainda mais disfunções sociais.

CONCLUSÃO

Através deste estudo, podemos concluir que o racismo estrutural está, infelizmente, enraizado na cultura brasileira por diversos fatores acima citados e apesar de a luta contra o racismo ser um dever social e político, a escola possui, ou deveria possuir, grandes contribuições para esse enfrentamento. Entretanto, foi possível analisar que a escola não pode, e não deve, trabalhar sozinha nesse combate, os pais, a comunidade, o governo e a sociedade devem trabalhar em conjunto contra qualquer tipo de prática racista no ambiente escolar, e também fora dele.

Projetos escolares, diálogos, reuniões e formação de professores auxiliam bastante neste combate, porém o governo deve trabalhar com práticas sociais efetivas que tenham o objetivo de combater qualquer tipo de preconceito, incluindo o racismo. Além disso, ficou claro, através dos dados coletados nas entrevistas, que a família pode ser a principal combatente, ou o maior centro de práticas preconceituosas conhecido pela criança, pois como foi dito por uma das gestoras, a criança não nasce preconceituosa, ela aprende, e a família é seu seio. Assim, trabalhando com as famílias, com a sociedade em geral e com as crianças nas escolas, espera-se conseguir diminuir ou até mesmo acabar com as práticas racistas.

Analisando as entrevistas e a forma de trabalho das gestoras, foi possível observar, com exceção da G3, um consenso sobre a concepção de gestão democrática, a sua atuação prática nas escolas, a importância desse tipo de gestão e as formas que essa gestão atua no enfrentamento ao racismo. Dessa forma, uma escola com uma gestão democrática, ou que atua caminhando para este objetivo, possui mais chances de sucesso nesse enfrentamento, pois como já foi mencionado, essa gestão se baseia no diálogo e participação de todos envolvidos na instituição, sem excluir nenhuma opinião, buscando assim, solucionar os problemas e suprir as necessidades de todos, portanto, é uma boa arma contra o racismo estrutural.

Assim, a gestão democrática pode atuar fortemente no combate às desigualdades e preconceitos, pois ações como a criação de uma política antirracista, capacitação de professores, implementação de projetos políticos e pedagógicos (PPP), o diálogo entre pais, alunos, professores e gestores, podem contribuir para o combate ao racismo nas escolas públicas.

Essas ações são de extrema importância nas escolas, pois ela é formadora de cidadãos ativos para a sociedade, e apesar de a escola não ser a única responsável nessa formação, encontrando diversos desafios como a ignorância, a resistência desde os atuantes da escola, até os alunos e os pais, as limitações muitas vezes implantadas pelo governo, é ela que pode possuir o poder de transformar mentes, transformar o futuro e a sociedade, começando pelas crianças.



REFERÊNCIAS

ALMEIDA, S. **Racismo estrutural**. São Paulo: Pólen Livros, 2019.

BALIEIRO, Fernando de Figueiredo; BORTOLOTTI, Karen Fernanda. **História dos povos indígenas e afrodescendentes**. Rio de Janeiro: Ed. Univ. Estácio de Sá, 2014.

BRASIL, **Resolução Nº 1, de 17 de Junho de 2004**, do Conselho Nacional de Educação/Conselho Pleno/DF (CNE/CP/DF).

COELHO, Fabiana Martins. O Cotidiano da Gestão Escolar: o método de caso na sistematização de problemas. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 40, n. 4, p. 1261-1276, out./dez. 2015.

FERRAZ, M. H. de T.; FUSARI, M. F. de R. **Metodologia do ensino da arte: fundamentos e proposições**. São Paulo: Cortez, 1993.

FONSECA, João José Saraiva. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002.

GOMES, Nilma Lino. Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão. *In: Educação Anti Racista, caminhos abertos pela Lei Federal 10.639/03*. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

SOUZA, Edileuza Penha de; RIBEIRO, Álvaro Sebastião Teixeira; SOUZA, Barbara Oliveira; RIBEIRO, Igle Moura Paz. **História e Cultura Afro-Brasileira e Africana na Escola**. Brasília: Ágere Cooperação em Advocacy, 2008.

SOUZA, Ângelo Ricardo de. Explorando e construindo um conceito de gestão democrática. **Educação em Revista**. Belo Horizonte, v.25, n.03, p.123-140, dez. 2009.